

**Capítulo 13 - DOI:10.55232/1082027.13**

**PERSPECTIVAS NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO  
INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: A  
COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DIALÓGICA E  
INTERATIVA**

**Michele da Silva Bastos Rodrigues e Joicy de Souza Ribeiro Quitete**

**RESUMO:** O artigo visa analisar perspectivas na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, reconhecendo a comunicação como ferramenta dialógica e interativa de suma importância no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, o artigo apresenta fragmentos legais atuais da educação brasileira, que norteiam as organizações de ensino; compreende a transição da educação infantil para o ensino fundamental como processo, ressaltando a magnitude das práxis pedagógicas, ressaltando a interação entre professores das duas primeiras etapas da educação básica; e identifica o diálogo como ferramenta de suma importância no processo de transição. Por meio da metodologia qualitativa, o estudo está embasado em referenciais bibliográficos de autores como GADOTTI (1991), FREIRE (2005), LIBÂNEO (2012), SANTOS (2013) que ressaltam em suas obras questões relacionadas ao processo educativo; e aparatos legais como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) a Base Nacional Comum Curricular (2017) que norteiam as organizações de ensino no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação, Legislação, Transição

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira, cenário de transformações que perpetuam por séculos, visa aprimorar, organizar e reestruturar o ensino, pautada nas legislações que regem as práticas educativas e afirmam o direito de todos por uma educação de qualidade e igualdade de condição de acesso conforme a prevê a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/ 1988).

Nesta visão de disseminação do ensino para todos, a Educação Básica está organizada em três etapas, que possuem suas distinções e especificidades que contemplam o público-alvo, mas, são extremamente complementares para a formação do educando, estando presentes desde dos primeiros anos de vida até a adolescência, são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesse campo de experiências, a educação é basilar, promove a comunicação entre os pares, fortalece os vínculos e promove o desenvolvimento significativo das habilidades e potencialidades dos educandos. Desta forma, seria possível um elo comunicacional potencializador para aprendizagem significativa na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental? Compreender a organização e estruturação do ensino brasileiro oportuniza a dialógica entre os sujeitos participantes do processo educativo visando a transição entre as primeiras etapas da Educação Básica?

A hipótese é que o período de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental precisa ser construído e fortalecido, com ênfase na comunicação como ferramenta dialógica e interativa entre os sujeitos participantes do processo, reconhecendo que a aprendizagem significativa é possível quando há união, parcerias, envolvimento de toda comunidade escolar.

Desta forma, o presente artigo objetiva analisar perspectivas na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, reconhecendo a comunicação como ferramenta dialógica e interativa de suma importância no processo de ensino e aprendizagem.

Pautada na metodologia qualitativa, por meio de estudos bibliográficos, o estudo apresenta embasamentos de diversos autores como GADOTTI (1991), FREIRE (2005), LIBÂNEO (2012), SANTOS (2013) entre outros e por meio de aparatos legais como a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/ 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017) entre outros documentos.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo apresenta uma metodologia pesquisa descritiva, por meio da abordagem qualitativa com referências bibliográficos e documentais sobre a temática, ressaltando o viés educativo em uma perspectiva que compreende a diversidade cultural e as interações nos contextos escolares como substanciais para o processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental, pois, considera-se relevante a comunicação como ferramenta dialógica e interativa.

## **TECELANDO SOBRE O ENSINO NO BRASIL: FRAGMENTOS LEGAIS QUE MARCAM A EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE**

No Brasil, as estruturas organizacionais do ensino ao longo dos anos passaram por inúmeras transformações. Um dos movimentos que contribui para abertura de novas formas de pensar e promover o processo educacional, está sustentada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realiza na Tailândia em 1990, resultado da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990). A partir da conferência mundial os olhares foram modificados pela necessidade que todos, independentemente da cor, raça, sexo e situação econômica, tenham acesso à educação, desta forma, os sistemas de ensino foram reorganizados a fim de atender a demanda social e política, voltada para os direitos de todos.

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais (UNESCO, 1990).

Assim, como o viés de educação para todos, as organizações dos sistemas de ensinos foram e são estruturadas por normativas, diretrizes e legislações que regem o funcionamento das escolas no Brasil, possibilitando o acesso à educação de todos, ofertando um currículo atualmente universal, mas, flexível quanto as especificidades regionais, com uma proposta inovadora, alicerçada pela CF/ 1988, LDBEN 9394/ 96 e a BNCC/ 2017.

Contudo, até os dias atuais, a educação percorre percalços que por diversas situações expõe um ensino fragilizado e ao mesmo tempo disposto às transformações. Nesse contexto de desafios, barreiras e contratempos, compreender alguns fragmentos legais que marcam a

educação na atualidade, intenciona a construção do sistema de ensino acreditando-se que “o atendimento à necessidade sociais e culturais da população requer uma escola de qualidade social e pedagógica que socialize a cultura, a ciência e a arte como direitos universais” (LIBÂNEO *et.al*, 2012, p.34).

Atualmente a Educação Básica prevista na CF/ 1988 e dividida em etapas, conforme sinaliza a LDBEN 9394/96, a saber Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O mesmo documento de base legal ressalta que,

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Brasil, 1996).

Neste contexto de processo estrutural das organizações de ensino, como base na Educação Básica e com ênfase na primeira infância, que corresponde a idade cronológica da criança de 0 até 6 anos de idade, atualmente perpassa caminhos de suma importância como a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Assim, no Art.29 da LDBEN 9394/96:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Como primeira etapa da Educação Básica a Educação Infantil possui sua organização peculiar a idade dos educandos, desta forma, há creche para as crianças até 3 anos de idade e pré-escola com obrigatoriedade de frequência para as crianças de 4 e 5 anos de idade, ambas com regras comuns propostas no Art: 31 da referida lei:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#) II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#) III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#) IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#) V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#) (BRASIL, 1996).

Desta forma, o documento legal estabelece diretrizes para todas instituições de ensino, independentemente que seja pública ou privada, para atendimento de crianças de 0 até 5 anos de idade ressaltando regras comuns que direciona o trabalho organizacional e funcional das mesmas.

A prosseguir, a próxima etapa da Educação Básica é o Ensino Fundamental, que deverá atender aos educandos a partir dos 6 anos de idade, com duração de nove anos. A segunda etapa está dividida em anos iniciais (1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano) e anos finais (6º, 7º, 8º e 9º ano), objetivando a formação dos educandos no Art. 32 por meio de:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

Portanto, o Ensino Fundamental assim como a Educação Infantil possui suas diretrizes que dão vida ao processo de ensino e aprendizagem e que deverá estar em consonância com o desenvolvimento integral dos educandos, assim, essas etapas são marcadas por processos transitórios.

Mas, por que pensar na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental? Qual a relevância dessa abordagem para os educandos e conseqüentemente para o ambiente escolar?

A Educação Infantil não tem fins de classificação, o educando é avaliado de acordo com seu desenvolvimento, o mesmo não precisa ter preocupações com avaliações, testes e notas. Nessa etapa o binômio cuidar e educar faz parte da rotina escolar, o que é preconizado legalmente no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil/ 1998 e na BNCC/ 2017.

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores. As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (BRASIL, 1998).

Desta forma, o educando precisa ser e estar preparado para a próxima etapa, o Ensino Fundamental. Todos os sujeitos atuantes nesse processo, deverão organizar ações que vão de encontro com essa necessidade da mudança, imperando o senso da responsabilidade e compromisso com a educação brasileira, visto que nesse processo há estruturas específicas comprovada legalmente pelas menções anteriormente realizadas sobre a organização e estruturas dos sistemas de ensino.

O Ensino Médio, a última etapa da Educação Básica, com duração mínima de três anos, propõe uma formação que vai além das propostas curriculares definidas pela Base Nacional Comum Curricular/ 2017, traz inovações na formação dos educandos por itinerários formativos conforme menciona o Art. 36 da LDBEN 9394/96, que deverá ter “relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (Brasil, 1996), são:

I - linguagens e suas tecnologias; [\(Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017\)](#) II - matemática e suas tecnologias; [\(Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017\)](#) III - ciências da natureza e suas tecnologias; [\(Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017\)](#) IV - ciências humanas e sociais aplicadas; [\(Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017\)](#) V - formação técnica e profissional. [\(Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017\)](#) (BRASIL, 1996).

Contudo, o documento normativo mostra a importância da orientação dos educandos, para que possam concluir a Educação Básica com êxito, reconhecendo como sujeito de direitos e deveres, protagonistas da sua própria história.

Nesta perspectiva, dar-se-á a importância da BNCC/ 2017, documento universal e normativo para todas as instituições brasileiras de ensino, que direciona o currículo para todas as etapas da Educação Básica. Contudo, sua execução só terá significância por meio das relações que são estabelecidas nos ambientes escolares, por isso ressalta-se a relevância da comunicação como ferramenta dialógica e interativa entre todos os sujeitos do processo educativo, principalmente quando há a transição da primeira para a segunda etapa da Educação Básica.

## A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Compreender a aprendizagem como processo possibilita identificar que diferentes saberes e virtudes são gradualmente construídos na vida do aprendiz, que por meio de estudos, observações, vivências e experiências são sistematizadas, ajustados, considerando a

peculiaridade de cada criança para promoção de sua adaptação no ambiente escolar de forma tranquila, sem prejuízos a aprendizagem.

Kramer (2007. p. 20) ressalta que a inserção da criança no Ensino Fundamental, demanda diálogo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, diálogo esse institucional e pedagógico, dentro da escola, entre as escolas e na sala de aula, e com objetivos claros.

Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E, com as práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. Na educação infantil, o objetivo é garantir o acesso, de todos que assim o desejarem, a vagas em creches e pré-escolas, assegurando o direito da criança de brincar, criar, aprender. Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais (KRAMER, 2007, p. 20).

A relevância da transição está no processo de desenvolvimento dos educandos os quais são progressivos e contínuos. Tendo como compromisso com a infância em todas as suas nuances, formando a escolaridade como primazia na vida das crianças possibilitando-os a construção social, cultural e cognitiva com respeito às singularidades e direitos. Assim, a transição da educação infantil para o ensino fundamental deve acontecer de maneira que considere as características de cada criança, e o processo de ensino, aprendizagem.

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo (BNCC, 2017, p.53).

A BNCC (2017) relata sobre a necessidade da continuidade das aprendizagens desenvolvidas nas crianças na educação infantil, uma interação entre as etapas da educação básica, assim, no processo educativo da criança não ocorrerá uma fragmentação. Ou seja, é preciso valorizar os conhecimentos já adquiridos na educação infantil e ampliar os mesmos a partir da síntese de aprendizagem, que não é um pré-requisito ou uma condição para criança



entrar no ensino fundamental, mas, um norte para que professor possa pensar nessas práticas de forma a continuar o processo educativo.

Um fato importante é como o acolhimento dessa criança é realizado. Cabe assim a reflexão sobre como os professores estão preparados para receber essa criança da educação infantil, pois nesse processo é fundamental a garantia de que educando, em sua chegada em uma nova etapa, seja considerado além da abordagem dos conteúdos, conforme ressalta a BNCC (2017)

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar (BNCC, 2017, p. 53).

Nesse contexto, a formação continuada mostra-se como uma forma de manter a qualidade do ensino, assim, necessária para garantir a aprendizagem das crianças. Vale ressaltar que a Formação Continuada em concordância com exposto na LDBEN, nº 9394/96 nos art. 61 e 67, tem como primazia a garantia da interação dos aspectos teóricos e práticos que promovam e efetivam as especificidades e a sistematização das práxis pedagógicas com a Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas ações precisam ser contínuas reflexões acerca da ação pedagógica, objetivando uma educação qualitativa.

No entanto, para que haja qualidade da educação, torna-se indispensável observar as várias questões no que diz respeito ao contexto educacional, principalmente às questões pedagógicas. Além de significar mudanças profundas para as crianças, esse evento traz alguns desafios para os professores.

Desta forma, as propostas pedagógicas deverão seguir o de maneira séria, responsável com a aprendizagem da criança, do mesmo modo como as reorganizações curriculares, processo de ensino e aprendizagem, reorganização dos espaços, tempos escolares e materiais didáticos.

A transição constitui um momento muito significativo para criança que poderá trazer ansiedades e inseguranças. Portanto, observa-se a importância de um projeto de transição que institua um diálogo entre as instituições, que integrem na prática professores, pedagogos e a família da criança, estabelecendo estratégias que objetiva uma transição da educação infantil para o ensino fundamental segura que, sobretudo, valorize e preserve a infância.



## O diálogo na transição da educação infantil para o ensino fundamental

Todo processo de mudança gera impactos, que podem ser negativos ou positivos. Sendo assim, buscar maneiras de tornar a transição da educação infantil para o ensino fundamental mais tranquila e acolhedora para o bem-estar das crianças é basilar no processo de ensino e aprendizagem.

Do ponto de vista prático da articulação, o diálogo pode ser empregado como uma estratégia de comunicação, permitindo que ocorram as trocas de experiências entre os professores da educação infantil e as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como discutir as características de cada criança e seu nível de desenvolvimento. Com essas informações em mão será muito mais fácil desenhar um projeto que garanta a continuidade no aprendizado. Assim, viabilizará que a transição ocorra de maneira mais simples e enriquecedora para a criança, as famílias, para os professores e a própria escola.

Quando pensamos em diálogo, não estamos nos referindo ao simples ato de conversar, mas sim a uma proposta que colabore e permita o desenvolvimento de uma práxis social a fim de tornar a transição da educação infantil para o ensino fundamental um processo saudável com um acolhimento que leve em consideração a jornada da criança. Para tanto é necessário a compreensão dos diálogos que existem nas vozes de Freire (2005) e Gadotti (1996).

O diálogo, na visão freireana “consiste em uma relação horizontal e não vertical entre as pessoas implicadas, entre as pessoas em relação” (GADOTTI, 1996, p.81).

Para explicar essa afirmação, Gadotti (1991) assim expressa:

[...] os seres humanos se constroem em diálogos, pois são essencialmente comunicativos. Não há progresso sem diálogo. Para ele, o momento do diálogo é o momento em que os homens se encontram para transformar a realidade e progredir (GADOTTI, 1991, p.46).

Paulo Freire (2005) persiste na exigência do diálogo como estratégica de ensino, incluso de uma pedagogia dialógica-dialética, que tem o intuito de renovar a prática pedagógica.

Outro apontamento sobre o diálogo segundo Navarro *apud* Santos (2013, p.15) sugere que o diálogo pode ser um recurso que possibilita um maior entendimento de nós próprios e das questões de natureza social, promovendo “uma maior compreensão na maneira como vislumbramos e enfrentamos nossos problemas e necessidades”.

As concepções de diálogo apresentadas, admite a aproximação dos seres humanos, numa relação recíproca, onde os sujeitos atuam para construir seus conhecimentos, se transformando e transformando a sociedade. Uma transformação que propõe um novo olhar para transição, para que o aluno compreenda, desde cedo, que as mudanças são comuns e podem ser superadas com tranquilidade.

A construção de uma sociedade com base no diálogo possibilitará a sensibilidade humana, suas diferenças serão consideradas e valorizadas pelo respeito mútuo. Portanto, é indispensável incitar o diálogo dentro da sociedade e da escola, buscando a constituição de novos valores, mais justos, igualitários e coletivos.

Neste contexto, o exercício do diálogo se constitui como uma ferramenta de comunicação essencial para mediar e facilitar o processo, cabendo a todos os atores envolvidos no segmento educacional a responsabilidade de garantir o que orienta a BNCC (2017), que se crie uma ponte entre as fases, mesmo que a travessia seja lenta, a fim de que a transição seja fluida, sem prejuízos para a aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A transição da educação infantil para o ensino fundamental é um processo complexo, com mudanças significativas para as crianças, por isso há necessidade de organizar estratégias, buscar alternativas que contribuam para que esse momento ocorra de forma mais singela e de qualidade.

Nesta perspectiva, considera-se o diálogo como uma alternativa capaz de facilitar a passagem dos aprendizes para a nova etapa com novidades e desafios, contando com uma postura dialógica por parte dos educadores que os acompanharam na fase anterior.

Nesse contexto, a leitura de portfólios e avaliações são estratégias que podem colaborar como fontes norteadoras, pois a partir dessas informações o professor poderá planejar de forma a garantir a continuidade no aprendizado respeitando os conhecimentos que determinada criança traz. Então, o diálogo pode adquirir um caráter altamente positivo e essencial na prática pedagógica do professor que se encontra comprometido com uma educação significativa para a criança.

O diálogo entre os professores permite, sobretudo, a ampliação de possibilidades de transformar a passagem em um momento de alegria, mostrando para os alunos que haverá sim grandes desafios, mas também conquistas e aprendizado. Portanto, a postura dialógica é uma

possibilidade real de mediação da transição da educação infantil para o ensino fundamental, aproximando os sujeitos e permitindo novas posturas e oportunidades.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Congresso Nacional. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 01/2022.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Brasília MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf) Acesso em: 01/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf) Acesso em: 01/2022

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, M. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione (Série Pensamento e Ação no Magistério), 1991.

GADOTTI, M. (org). Paulo Freire: uma bibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. A infância e sua singularidade. In: BRASIL/MEC. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ª Ed. Brasília (DF): FNDE, Estação Gráfica, 2007, p. 13-24.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. Cortez Editora, 10ª edição. São Paulo, 2012.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Tailândia, 1990. Disponível em: [https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao\\_mundial\\_sobre\\_educacao\\_para\\_todos\\_de\\_marco\\_de\\_1990.pdf](https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf) Acesso em: 01/2022.

SANTOS, J. M. C. T.; RODRIGUES, P. J. M. O diálogo como possibilidade de mediação da violência na escola. Práxis Educativa, v. 8, n. 1, p. 273-294, 2013, p.15. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5379> Acesso em: 02/2022.